

PERMANÊNCIA, ALTERIDADE E O PODER DOS *OUTSIDERS* – O CASO DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO

*STAYED, THE OTHER AND POWERFUL OF OUTSIDERS –
THIS CASE OF THE HAITIAN'S IMMIGRANT IN THE BRAZIL:
ONE INTRODUCTION*

*RESTER, L'ALTERITÉ ET POUVOIR-GUERRE DES OUTSIDERS –
LE FORM DE RESTER DANS IMIGRANTS HAITIENS AU BRÉSIL:
UNE INTRODUCION*

ISIS DO MAR MARQUES MARTINS

Doutoranda em Planejamento Regional
Bolsista CNPq
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
e-mail: isis.marinha@gmail.com

Resumo: O presente trabalho aponta algumas reflexões acerca das condições de permanência de grupos imigrantes no Brasil, em especial o caso dos haitianos. Considerando que até a década de 1980, as taxas de fluxos migratórios não alcançavam as impulsionadas no início do século XX. É a partir da segunda década do século XXI que fluxos de vários lugares do mundo, principalmente América Latina e África, implicadas pela estabilidade política e econômica nacional, tem-se assinalado uma elevação na chegada de novos imigrantes, em especial pela fronteira amazônica, o que indica a atualidade e o ineditismo na história do país.

Palavras-chave: Permanência, alteridade e haitianos.

Abstract: This work reflexing about conditions of stayed this immigrants in Brazil, especially this Haitians. Whereas until the 1980s, immigration flows rates did not reach the boosted in the early twentieth century. It is from the second decade of this century that flows from around the world, particularly Latin America and Africa, involved in politics and national economic stability, has marked an increase in the arrival of new immigrants, especially the Amazon border, indicating the current and unprecedented in history.

Key words: stay, the other vision and haitians.

Resumen: Le present travallier apontee reflexions sur le condicions de rester a groups immigrants an Brésil, notamment sur les haitians. Alors à decade dans 1980, les taux de fluxes des imigrations non-atteint à arrivée les XX siècle. Il est de la deuxième décennie de ce siècle

qui coule à travers le monde , notamment en Amérique latine et en Afrique , impliqué dans la politique et la stabilité économique nationale , a marqué une augmentation de l' arrivée de nouveaux immigrants , en particulier la frontière Amazon , indiquant le courant et sans précédent dans l'histoire .

Móts-clés : rester, l'alterritée et haitiens.

INTRODUÇÃO

Quando migramos, seja da nossa casa, para a casa do nosso vizinho, seja para onde vamos trabalhar, seja para a casa de um parente distante, seja a migração para distâncias maiores, encontramos uma expectativa de mudança, mesmo que passageira, de estar em um lugar estranho e desconhecido de nossos hábitos, nosso cotidiano. Uma expectativa que, de alguma maneira, gera determinados sentimentos que elevam mudanças importantes naquele momento, naquele espaço de tempo, e nos revela, faz nos conhecermos, porque quando nos angustiamos ou nos tornamos aflitos com algo ou alguma coisa, nós nos analisamos enquanto seres pertencentes a um espaço.

Se na ação consciente e no senso crítico de si perante o outro é que escancaramos e desnudamos nossos próprios conflitos, é também nesta que corremos o risco de cairmos na superficialidade do processo de produção de enunciamentos de enunciação, porque nas transformações individuais o broto das relações socioespaciais entre grupos se projetam, e é onde se projeta também micro e macro relações de poder.

Nesse sentido, propomos refletir, à luz da perspectiva de grupos imigrantes minoritários no tocante a apropriação de espaços e de capitais – simbólico, cultural, social, dentre outros, o processo de inserção destes quando imigrantes – ou estrangeiros – no Brasil. A proposta de análise se atém, em grande medida, nos possíveis instrumentos de referência que compreendem o processo de inclusão ou, como na maioria dos casos, exclusão social.

Em 12 de Janeiro de 2010 ocorre no Haiti, ilha localizada na América Central, na região do Caribe, um terremoto que marcou profundamente uma sociedade economicamente frágil e politicamente conflituosa. Há registros de quarenta a duzentos mil mortos devido ao terremoto. O país e sua capital, Porto Príncipe, bem como seus representantes, ainda não possuem previsão de recuperação mínima da estrutura espacial e urbana dos mesmos¹. O Brasil passa a ser parte dessa rota pelas ligações humanitárias já desenvolvidas no país e pela situação economicamente favorável no decorrer dessa década no cenário nacional. Conforme pesquisa com jornais e reportagens entre 2010 a 2013, as primeiras notícias da chegada de migrantes haitianos no Brasil se deram em março de 2012.

¹ "Um terremoto de magnitude 7 na Escala Richter atingiu o Haiti nesta terça-feira, às 16h53 no horário local, 19h53 em Brasília. Com epicentro a 15 Km da capital, Porto Príncipe, segundo o Serviço Geológico Norte Americano, o terremoto é considerado pelo órgão o mais forte a atingir o país nos últimos 200 anos. Dezenas de prédios da capital caíram e deixaram moradores sob escombros. Importantes edificações foram atingidas, como prédios das Nações Unidas e do governo do país. O presidente haitiano, René Préval, afirmou que pelo menos 7 mil pessoas mortas no terremoto já foram enterradas em uma vala comum. O Haiti é o país mais pobre do continente americano." (Notícia do Portal Terra, em 15/10/11. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/o-pais-acabou-diz-haitiano-no-brasil.e9f86355ccea310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>).

Tais fluxos revelam o aspecto recente e reflexivo quanto à necessidade de novos dispositivos políticos na estrutura e no investimento à condição urbana brasileira, em especial nas cidades médias e nas regiões de fronteira, quanto nos traz a questão das medidas – ou desmedidas – da imigração, que ao que parece, ainda não avançou nem na produção de políticas públicas efetivas, nem no diálogo de uma gestão que visibiliza o imigrante como aquele dotado de escolhas, mesmo que atravessadas por relações e agenciamentos, mas que são escolhas políticas e de resistência a sua condição atual na cidade que emigra – no caso, as cidades haitianas, para a cidade que chega às cidades brasileiras.

AS PRÁTICAS QUE PERCORREM A SUJEIÇÃO E OS PROCESSOS DE SUJEIÇÃO: ESTABELECIDOS E PERMANENTES

Permanecer, segundo o Dicionário Aurélio, significa “*conservar-se ou persistir no mesmo estado ou qualidade sem mudança*”, também “*demorar-se em alguma parte, ficar*”. Permanecer pode denotar persistir e resistir também, quando se trata de uma materialidade, de um corpo ocupando um determinado lugar no espaço, a considerar que a permanência indica o processo de luta pela possibilidade de ficar, de estar em um espaço e em um tempo, em um estado e/ou qualidade persistindo nas adversidades. Já no dicionário Michaelis, o sentido se propõe a partir de exemplos práticos, e permanecer seria “*continuar sendo, ficar demoradamente, demorar-se nalgum lugar*”. Durar e também persistir em uma materialidade, em uma ocupação tensa entre o estar e o viver fora do que era a “zona de conforto”.

Como se vê, o próprio sentido dado ao de permanecer é um sentido que engloba o prejulgamento do permanecer em caráter opositor ao de estar, demorar. Se nos debruçarmos etimologicamente à palavra, encontramos o prefixo *PER*, que contempla além ou através, junto com a expressão originária do latim *MANERE*, que contempla o significado de ficar, continuar, aguentar, que no seu cruzamento teríamos ficar além, aguentar continuar até o fim, através. Entende-se que temos uma contradição entre os significados da origem e de sua compreensão em um dos dicionários mais tradicionais do país. Se em um há a denotação de um persistir duro, desnecessário, impassível de modificações e portanto uma condição sem sentido tem em sua origem etimológica uma resistência para além, *ad infinitum* às possibilidades do sujeito enquanto aquele que decide, que faz uma escolha de resistir e persistir, mas que esse infinito não promove a persistência de um processo, e sim sua mutabilidade no tocante ao permanecer, ao pertencimento material de estar.

Em *Os Estabelecidos e Outsiders*, Nobert Elias e John L. Scotson analisam as relações de poder que abrangem o pertencimento e a exclusão de determinados grupos em uma mesma comunidade, indicando a relação diferenciada de permanência e como se dá essa permanência em um vilarejo. Neste trabalho, eles apontam que mais que o preconceito, que parte de uma relação intersubjetiva para o grupo, a construção de classificações entre inferior e superior são também uma estratégia de poder, no pilar de um “*equilíbrio instável de poder*”, que produziu no mundo e produz classes conforme as possibilidades de amenizar conflitos, entre grandes grupos com relação a uma minoria que a subalterniza.

Atualmente, há uma tendência a discutir o problema da estigmatização social individualmente, um desapareço acentuado por outras pessoas como indivíduos. Um modo conhecido de conceituar esse tipo de observação é classifica-la como preconceito. Entretanto, isso equivale a discernir apenas no plano individual algo que não pode ser entendido sem que se o perceba, ao mesmo tempo no nível do grupo. [...] Em Winston Parva, como em outros lugares, viam-se membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente inferior ao próprio grupo. (ELIAS e SCOTSON: 2000, p. 23).

Remetemos ao que Nobert Elias analisou ainda no fim da década de 1950 para o início de 1960, a relação entre um mesmo espaço e grupos que entendiam ser superiores em relação aos grupos que respondiam essa superioridade em maior subjugação e estigmatização. A ressaltar que os *outsiders* nada tinham em relação de troca, mando ou patronato. Sua subserviência provinha e era propulsionada simplesmente pelo fato de se sentirem inferiores e vice versa, em relação aos *estabelecidos*.

A semelhança do padrão de estigmatização usado pelos grupos de poder elevado em relação a seus grupos outsiders no mundo inteiro – a semelhança desse padrão a despeito de todas as diferenças culturais – pode afigurar-se meio inesperada a princípio. Mas os sintomas de inferioridade humana que os grupos estabelecidos muito poderosos mais tendem a identificar nos grupos outsiders de baixo poder e que servem a seus membros como justificação de seu status elevado e prova de seu valor superior costumam ser gerados nos membros do grupo inferior – inferior em termos de suas relações de forças – pelas próprias condições de sua posição de outsiders e pela humilhação e opressão que lhe são concomitantes. (ELIAS e SCOTSON: 2000, p. 28).

Concomitante, para o autor é, também, a consequência dessa inferioridade estabelecida de maneira deveras arbitrária em grupos de uma determinada localidade, e, vale destacar que é consequência e não causa, que essa relação contraditória também entre os que habitam o mesmo espaço, que afeta profundamente na relação grupal e subjetiva da própria consciência de ser e estar no espaço em que se habita e que se constroi.

Na obra *O processo civilizador*, vale ressaltar que Nobert Elias compreende que o indivíduo é produto da sociedade e não que a sociedade é produto da ação dos indivíduos, pois a constituição do sujeito se revela na relação entre estes para a formação e a transformação da sociedade. Há um processo, de imanência inerente que constroi mutuamente a sociedade a partir dessas relações.

Só se percebermos a força irresistível com a qual uma estrutura social determinada, uma forma particular de entrelaçamento social, orienta-se, impelida por suas tensões, para uma mudança específica e, assim, para outras formas de entrelaçamento, é que podemos compreender como essas mudanças surgem na mentalidade humana, na moderação do maleável aparato psicológico [...] E só então, por conseguinte, poderemos entender que a mudança psicológica que a civilização implica esteja sujeita a uma ordem e direção muito específicas, embora não tivessem estas sido planejadas por pessoas isoladas, nem produzidas por medias “razoáveis”, propositais [...] A covilização é posta em movimento cegamente e mantida em movimento pela dinâmica autônoma de uma rede de relacionamentos, por mudanças específicas na maneira como as pessoas se veem obrigadas a conviver. (ELIAS: 1993, p. 195).

A alteridade é portanto basilar à formação dos processos que constituem um grupo e/ou uma sociedade. Também, a competição entre indivíduos e grupos torna-se parte da ação violenta, da relação que gera o uso da violência e da força nos indivíduos, isto é, o ato de violência da competição entre indivíduos e sociedades também é constituinte da transformação das relações sociais.

Ainda em Estabelecidos e outsiders, Elias e Scotson dá o exemplo do baixo índice educacional entre os outsiders, revelado principalmente pela situação de inferioridade e conformismo que acaba se destacando nas tessituras das relações inter-espaciais.

No texto, há uma constante preocupação em salientar que as relações de poder entre as sociedades constituem uma questão central na formação de enclaves sociais hierarquizantes em *efeito bumerangue*, como os próprios autores enfatizam. As estratégias de permanência de grupos migrantes apontam também para a construção de uma série de relações hegemônicas, muitas vezes em um mesmo espaço de tempo (na maioria das vezes). Outro aspecto relevante é a análise ao sentido de antiguidade, que remete a instalação mais ou menos privilegiada nas relações entre indivíduos e grupos.

No sentido sociológico, portanto, a “antiguidade” refere-se a relações sociais com propriedades específicas. Elas dão um sabor especial às inimizades e às amizades. Tendem a produzir sentimentos ou atitudes muito exclusivos – uma preferência por pessoas com a mesma sensibilidade, que reforça a frente comum contra os outsiders. (ELIAS e SCOTSON: 2000, p. 172).

Pré-conceitos construídos sob justificativas de alteridade, brincadeiras e deboches sugeridos, não revelaram e não revelam a entidade de si (*id-entidade*) e a relação com o outro, muito menos as relações consigo mesmo. Se identidade é um porvir daquilo que o espaço nos dá em um constructo sócio-relacional, que produz conflito, também produz intensidades, desencontros e reencontros com o si, conosco e com os outros. Se o porvir do ser é mascarado pela homogeneidade de uma identidade alheia a nossa própria permanência de estar, tal como a própria mobilidade de ser, a injúria se dá pela raiva de ninguém, absolutamente ninguém, *poder* controlar os nossos sentimentos, a não ser nós mesmos. Esta é a permanência de estar, esta é a mobilidade de ser.

A IMIGRAÇÃO E OS PROCESSOS DE ALTERIDADE

Muitas vezes sem saber, faz-se migrante no próprio lugar onde reside, seu lugar de partida, isto é, existem maneiras, estratégias de fazer valer seus desejos e suas mobilidades. A ação de mobilidade, contudo, revela a transformação de uma série de contextos que possibilitam um fluxo migratório. Pierre Bourdieu interpreta a ação como configuração e formadora da sociedade, que se pauta nas relações estruturadas entre os grupos. Isso torna a dimensão de mundo diferenciada e distinta conforme a estrutura engendradora impulsiona determinados *habitus*.

Loïc WACQUANT (2007), na reflexão do *habitus* de Bourdieu, nos ajuda a pensar que cada fenômeno migratório, por um exemplo, é diferenciado, pois:

O habitus fornece, ao mesmo tempo, um princípio de sociação e de individuação: sociação porque nossas categorias de juízo e de ação, vindas da sociedade, são partilhadas por todos aqueles que foram submetidos a condições e condicionamentos sociais similares; individuação porque cada pessoa, tendo uma trajetória e uma localização únicas no mundo, internaliza uma combinação incomparável de esquemas. por ser simultaneamente estruturado (por meios sociais passados) e estruturante (de ações e representações presentes), o habitus opera como o 'princípio não escolhido de todas as escolhas', quando ações que assumem o caráter sistemático de estratégias mesmo que não sejam o resultado de intenção estratégica e sejam objetivamente 'orquestradas sem serem o produto da atividade organizadora de um maestro'. (WACQUANT: 2007, Pp. 67-68).

O habitus torna-se um instrumento de mobilidade ou fixação das referências que temos na nossa formação como indivíduo. Há, dessa forma, a gama de paradoxos desse mesmo processo de movimento, também nos termos da mobilidade espacial.

Para Bourdieu, há dois entrelaçamentos que definem e aportam as relações simbólicas que dão características, feições ao habitus: a estrutura, que é basilar para acompanhar e serve como aporte do processo de formação de um indivíduo e a representação, consequência dessa estrutura que tipifica a ação conforme os gostos, as referências e as suas ferramentas de entendimento do mundo.

Em Economia das trocas simbólicas, Bourdieu aponta sua aproximação da compreensão da estrutura para além do sentido de classe social, refletindo sobre os aspectos que elevam determinadas classes a exprimir majoritariamente suas referências de mundo como superiores e vice-versa. A análise da estrutura para entender as ações inscritas nas distinções entre classes é, portanto, a via mais acessível para refletir sobre a sociedade.

Em Economia das trocas linguísticas o autor complexifica o processo de dotação e relação pela linguagem, onde a representação do mundo e o poder simbólico emitido dessa representação acompanham a formação do sujeito. Para ele:

A correspondência estreita entre os usos do corpo, da língua e, sem dúvida também do tempo, deriva do fato de que é essencialmente através das disciplinas e das censuras corporais e linguísticas, que implicam frequentemente uma regra temporal, que os grupos inculcam as virtudes enquanto forma transfigurada de sua necessidade e que as "escolhas" constitutivas de uma relação com o mundo econômico e social são incorporadas sob a forma de montagem duradouras e subtraídas pelo menos em parte às amarras da consciência e da vontade. (BOURDIEU: 1998, P.78).

Não há uniformidade e homogeneidade, mas sim estruturas por hegemonias que, a partir das representações, o espaço é transformado como *maestro*, contudo é também constituído de orquestras relacionais, em práxis objetivadas a interesses desiguais. Em determinadas lutas sociais, a apropriação e o uso do espaço se dá por estratégias e por metodologias de estratégias, de habitus.

Bourdieu claramente vai de encontro aos conceitos aplicados às abordagens de cunho marxista, pois sugere a análise do campo social em diversidade, admitindo assim a reflexão de um *espaço social*.

É nessa visão bourdieuniana que Abdelmalek SAYAD (1998) se propõe a compreender melhor a migração e seus processos inerentes da mobilidade social e das diferentes perspectivas que se pode ter de um mesmo processo e até de um mesmo fenômeno². Para ele, não se pode pensar em migração como um processo de condicionantes homogêneos, inseridos em um sistema de classes que enfrentam a mobilidade para gerar lucro às empresas destinadas no futuro, a transformarem esses migrantes em excluídos sociais. Muito menos ao fato de que a visão da problemática da migração seja algo a ser sanado e tratado no espaço em que este se encontra.

Não se entenderia nada sobre a natureza desse fenômeno, ou seja, sobre o modo de geração da população que se tornou 'disponível' para emigrar, sobre o significado profundo dos acordos concluídos entre os países de emigração e os países de imigração, sobre o modo como são recrutados os emigrantes e como serão tratados mais tarde enquanto imigrantes, se não lembrássemos que a imigração consagra a relação de dominação que a produziu e que a mantém. (SAYAD: 1998, p. 245).

Sayad propõe algo inteiramente novo ao que já vimos. A migração é um elemento constitutivo do próprio sujeito social, distinto e interligado, e o migrante é visto e se vê, portanto, numa relação de alteridade e deve ser entendida como um todo complexo e participativo constante, pois a alteridade se firma nas políticas que englobam o ser migrante no espaço e no tempo. Para entender o migrante, não só o processo social dos grupos de trabalho e essa necessidade da migração pelo trabalho é que tem de ser vista, mas toda sua trajetória como sujeito no mundo.

A migração vai muito além das ideologias de uma determinada classe, ela se insere na concepção do Estado enquanto produtor de políticas que auxiliam nos mecanismos de poder do e no espaço, seja para as migrações internas quanto para as internacionais.

A ordem da migração (ordem da emigração e ordem da imigração) e a ordem nacional, estão substancialmente ligadas uma à outra. E se não podemos falar de uma sem falar da outra, não é devido a algum jogo fácil da dialética da identidade e da alteridade – o 'nacional' só existiria por oposição ao seu contrário ou, ao menos, na presença de seu contrário, o 'não nacional' - , e sim porque a imigração e seu duplo, a emigração, são o lugar em que se realiza praticamente, no modo da experiência, o confronto com a ordem nacional, ou seja, com a distinção entre 'nacional' e 'não-nacional.' [...] Sabemos muito bem o quanto esta definição, que relaciona imigrante e estrangeiro, é arbitrária, no sentido de que vale apenas no limite (...) quando o imigrante (no sentido social do termo) é também e ao mesmo tempo um estrangeiro (no sentido jurídico ou 'nacional' do termo). (...) A situação de hoje, infinitamente mais complexa, já não oferece a simplicidade da oposição binária que o juridicismo postula. (...) Todos os imigrantes não são necessariamente estrangeiros; da mesma forma somos inclinados a afirmar que todos os estrangeiros não são ou não serão sempre imigrantes (socialmente falando). (SAYAD: 1998, pp. 266-267).

² Em diálogos com pesquisadores na área, o entendimento mais corrente é que toda mobilidade espacial é migração, sendo que as internacionais seriam entendidas como emigração (o movimento de saída) e imigração (o movimento de chegada). Mas, conforme veremos adiante, em discussões feitas por Abdelmalek Sayad, dentre outros, em toda perspectiva migratória não se deve deixar de lado a partida e o lugar deixado, e a chegada e o lugar que agora está, enfim, a emigração e a imigração, já que os dois movimentos são inerentes e fazem parte do devir político e social que fazem parte das questões que podemos destacar acerca da reflexão sobre migração. É pertinente a contribuição de BEAUJEU-GARNIER (1971), que analisa as diferentes formas de pensar emigração e imigração num complexo que reflete não só a necessidade, mas o papel psicológico como causa e consequência da migração.

Imigração e emigração, aqui, são dois elementos constitutivos da ação de migrar, pois, o migrante sai do local de origem para se vincular, mesmo que de forma parcial, em outro local, estranho às suas identidades/alteridades cotidianas. Da mesma forma que o migrante encontra o estranhamento das alteridades desconhecidas, seu espaço de origem também se encontra em movimento constante, e, portanto, ele não encontrará, no retorno, o lugar como foi deixado. Assim como os sujeitos que participam de sua vida do lugar deixado serão estranhos ao retorno e ao que retorna.

O que há é a ordem da provisoriedade espacial do migrante, isto é, o desvinculamento do poder e da sociedade acerca do sujeito social migrante, inerente somente à reprodução do trabalho naquele espaço.

SAYAD (1998) também aponta a crítica ao Estado que se torna cúmplice das representações que propulsionam o migrante a esse caráter provisório e o coloca marginalizado, tanto na imigração quanto na emigração, pois no primeiro há a exclusão da sociedade que o vê como provisório e como futuro problema (social, demográfico, sociológico etc), e no segundo há a exclusão pelas próprias mudanças de ordem social e psíquicas, inseridas no consciente e inconsciente do ser migrante. Tal discurso, para o autor, é uma clara compreensão da ausência de estudos que atuem de fato na perspectiva social da crítica da migração como um todo.

Sendo assim, podemos definir o que é, de fato, um migrante e suas *categorias*, seus elementos constituintes, ou como veremos a seguir, seus *paradoxos*?

Essa perspectiva dos processos sociais dos “marginalizados” e “excluídos”, quase atributos para migrantes de uma maneira geral. O migrante vê um espaço desvinculado de seu tempo, ou seja, seu lugar de origem tal como foi deixado por ele, portanto o espaço/tempo do migrante não se atrela necessariamente ao desejo do retorno do espaço estático, mas do espaço/tempo deixado, onde não necessariamente viva no (e pelo) passado ou que queira voltar. Sentimento de nostalgia inerente ao espaço e ao tempo, não somente a partir de processos.

A compreensão das metodologias de análise da migração e do migrante é também um processo social e científico, dentro do espaço/tempo. Essa compreensão em Sayad está na reflexão da migração – e do migrante – tal como a palavra nos mostra, uma ação incorporada à complexidade da vida na sociedade. Esse papel não se restringe à demografia, ou à espacialização simplesmente como deslocamento e seus atributos, mas o movimento inerente do espaço e pelo espaço que incorpora formas e conteúdos de pensar e ser, sujeito e sociedade, como o espaço tem importância na construção desse sujeito social.

OS HAITIANOS NO BRASIL – ENTRE A ALTERIDADE E A PERMANÊNCIA

Dessa forma, entendemos que grupos imigrantes possuem esses dois processos discutidos anteriormente, o sentido de pertencimento em um limbo entre ser e estar *no mundo do outro* e a alteridade de seu próprio e tautológico processo de mobilidade, a alteridade entre

não ser do mundo do outro e já não pertencer mais ao seu mundo. Que atenções na compreensão da sociedade implica essa compreensão?

O processo que culmina a imigração já vem dotado de expectativas e possibilidades esperançosas quanto à melhoria de qualidade de vida, mas contudo, é também a representação de que a melhoria da qualidade de vida se realiza pela força do trabalho, o que implica em uma dialética de relações entre o migrante que opera seu mundo nesse limbo sociológico e as relações que cristalizam também no lugar de chegada.

Essas relações se complexificam quando a relação mobilidade espacial – força de trabalho e dimensão de mundo, muitas vezes, não se encontram esclarecidas nem para os grupos migrantes, sequer para o Estado. Pois elas se perpetram tanto nos ditames dos agenciamentos das estruturas estruturantes, mas também na disputa da conquista e da resistência de grupos minoritários, isto é, na luta cotidiana de escolher onde permanecer. O limbo torna-se, ao mesmo tempo, mais tênue e mais abismal.

No caso da imigração haitiana para o Brasil, tais fluxos se revelam, o aspecto recente e reflexivo quanto a necessidade de novos dispositivos políticos na estrutura e no investimento à condição urbana brasileira, em especial nas cidades médias e nas regiões de fronteira, quanto nos traz a questão das medidas – ou desmedidas – da imigração, que ao que parece, ainda não avançou nem na produção de políticas públicas efetivas, nem no diálogo de uma gestão que visibiliza o imigrante como aquele dotado de escolhas, mesmo que atravessadas por relações e agenciamentos, mas que são escolhas políticas e de resistência a sua condição atual na cidade que emigra – no caso, as cidades haitianas, para a cidade que chega, as cidades brasileiras.

A imigração haitiana para o Brasil possui características peculiares, que atravessam tanto os dispositivos jurídicos que permitem a entrada e legitimam a permanência em relação a outros imigrantes quanto aos números: ao menos na fronteira acreana, já passaram quase quarenta mil haitianos.

Estes são direcionados para o abrigo, embora alguns, que ainda possuem algum dinheiro, compartilham hospedarias e hotéis, além de pagar sua própria passagem para em geral São Paulo, onde são acolhidos em abrigos fomentados por organizações (não governamentais ou filantrópicas) ou pela prefeitura de São Paulo. A condição, em grande medida, destes, é a entrada no abrigo em Rio Branco, uma chácara na franja rural da cidade.

Em 12 de Dezembro de 2010, o Conselho Nacional de Imigração – CNIg, elabora a Resolução Normativa número 93, que concede visto permanente no Brasil a estrangeiro “*considerado vítima do tráfico de pessoas, com validade de pelo menos um ano.*”. Conforme notícia de Setembro de 2011:

O Conselho Nacional de Imigração (Cnig), ligado ao Ministério do Trabalho, está concedendo vistos de residência permanente aos cidadãos haitianos que chegaram ao Brasil após o terremoto de janeiro de 2010 e solicitaram refúgio. No total, já foram aprovadas 418 concessões de vistos de residência permanente. A concessão é uma medida complementar de proteção do país, uma vez que a legislação brasileira e as convenções internacionais não reconhecem o refúgio relacionado a desastres naturais ou fatores climáticos. Segundo dados do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), desde o terremoto de 2010, foram protocoladas 2.150 solicitações de refúgio por cidadãos haitianos. (Fonte: Jornal do Brasil, em 02/09/11).

Os problemas, tanto no aumento das restrições para a permanência quanto o aumento do número de chegada de haitianos pela fronteira amazônica começaram a surgir, de maneira mais incisiva em 2012. Logo nos primeiros dias deste ano, outra Resolução Normativa é criada, no limite de 1200 vistos – 100 por mês - de permanência por ano para imigrantes que possuem agravamento das condições de vida no país emigrado, e cita o Haiti como foco da política de permanência de, no mínimo cinco anos a conceder. Essa medida foi resultado essencialmente de dois motivos: primeiro, a chegada de imigrantes haitianos agenciados por *coiotes*, que cobram preços abusivos e prometem emprego e visto na chegada ao Brasil e segundo, a constituição das redes de migração que possibilitaram a intensificação da mobilidade do Haiti para o Brasil.

A considerar que nas cidades de fronteira - onde o número de chegada de imigrantes na expectativa de um visto de permanência tem sido os mais altos - não possui capacidade de absorção tanto de uma nova classe trabalhadora quanto as sedes departamentais que atendem a essa espera estão superlotadas. O Governo do Estado do Acre pauta diversas reivindicações para o Governo Federal, dentre elas iniciativas mais consolidadas aos problemas de ordem estrutural que já atingiam essas cidades e que se tornaram críticos, bem como maior apoio para esses abrigos. Conforme imigrante haitiano, sobre o galpão de alojamento da Polícia Federal, localizado em Brasiléia, no Estado do Acre, em reportagem publicada em agosto de 2013:

Posso dizer que o que vivemos aqui em Brasiléia não é para um ser humano. Eles nos colocaram de novo no Haiti que tínhamos logo após o terremoto: a mesma sujeira, o mesmo tipo de abrigo, de água, de comida. Isso me machuca e me apavora. Eu sabia que o caminho até aqui seria duro, porque você está lidando com criminosos, mas, ao chegar aqui no Brasil, estar em um lugar desses é inacreditável. Disse o haitiano Osanto Georges, de 19 anos. (Fonte: Portal Midia News do Acre, em 14/08/13).

Em abril de 2013, a Resolução número 97 foi revogada para em maio o CNIg executar outra resolução normativa, que procede a autorização de estrangeiros a estar no Brasil com um visto de residência de cinco anos, sem o limite de concessões, o que organizou o procedimento sem a demora no processo de articulação da legitimidade da chegada do imigrante haitiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as políticas imigratórias passam por um percurso histórico – e geográfico – que começa ainda no seu processo de “colonização” e se intensifica no período escravocrata, onde milhões de oriundos do continente africano são inseridos, mesmo que arbitrariamente, no território brasileiro. A ascensão do capitalismo industrial a partir do século XVIII possibilita, na lógica da produção e reprodução do capital e do trabalho, o movimento mais dinâmico de migrantes entre outras fronteiras e continentes, em especial, da classe trabalhadora da Europa para a América do Norte e do Sul, entre 1890 a 1930. Por essa época que o Brasil recebe, no auge do sistema cafeeiro, maciços fluxos de pessoas oriundas de várias regiões do continente europeu, como imigrantes da Itália e Alemanha.

A década de 1930 foi oposta aos marcos anteriores, já que houve frentes políticas – internas e externas – de restrição à imigração no Brasil, tal como apontam os trabalhos da professora Giralda Seyferth. Foi nesse período que a representação da *campanha de nacionalização* e de uma nova identidade ao trabalhador nacional é salientada e ratificada pelo Estado

Cabe ressaltar aspectos históricos importantes no que tange tais dispositivos que aportam a entrada de imigrantes e refugiados no Brasil. Historicamente, o país possuiu uma série de atravessamentos que refletem hoje nas formas em que muitas vezes o imigrante é visto e também produzido como imigrante, isto é, como o outro na e para a sociedade. Não esqueçamos que o primeiro grande fluxo, mesmo que arbitrário, foi o tráfico de escravos no decorrer de três séculos após o início da colonização.

Ainda na construção de políticas para imigrantes, o Estado, no século XIX, subsidia imigrantes de determinadas regiões, sob a justificativa de mão-de-obra qualificada possível para “fazer crescer” o mercado externo e formar uma etnia “mais branca” entre o sentido de nacional. Os critérios marcados por uma política historicamente eugênica, são dos mais perversos possíveis.

As políticas de imigração no Brasil possuem, portanto, três dualidades principais, isto é, se posiciona em três dualidades: o negro trabalhador x o branco trabalhador, o branco etnicamente nacionalizante x outras etnias-nações que inviabilizam esse projeto de nacional, o trabalho x a procura por melhor condição de existência. Estas dualidades se articulam espaço e temporalmente, mas suas raízes se enlaçam nas características primeiras dos dispositivos políticos que ressaltavam a raça e o trabalho como principal aspecto de constituição de fluxos migratórios para o Brasil. Outro aspecto importante é a configuração do país para se tornar uma grande nação em desenvolvimento equiparado aos grandes estados nacionais. Para tanto, copiou a mesma fórmula apontada pelos seus colonizadores.

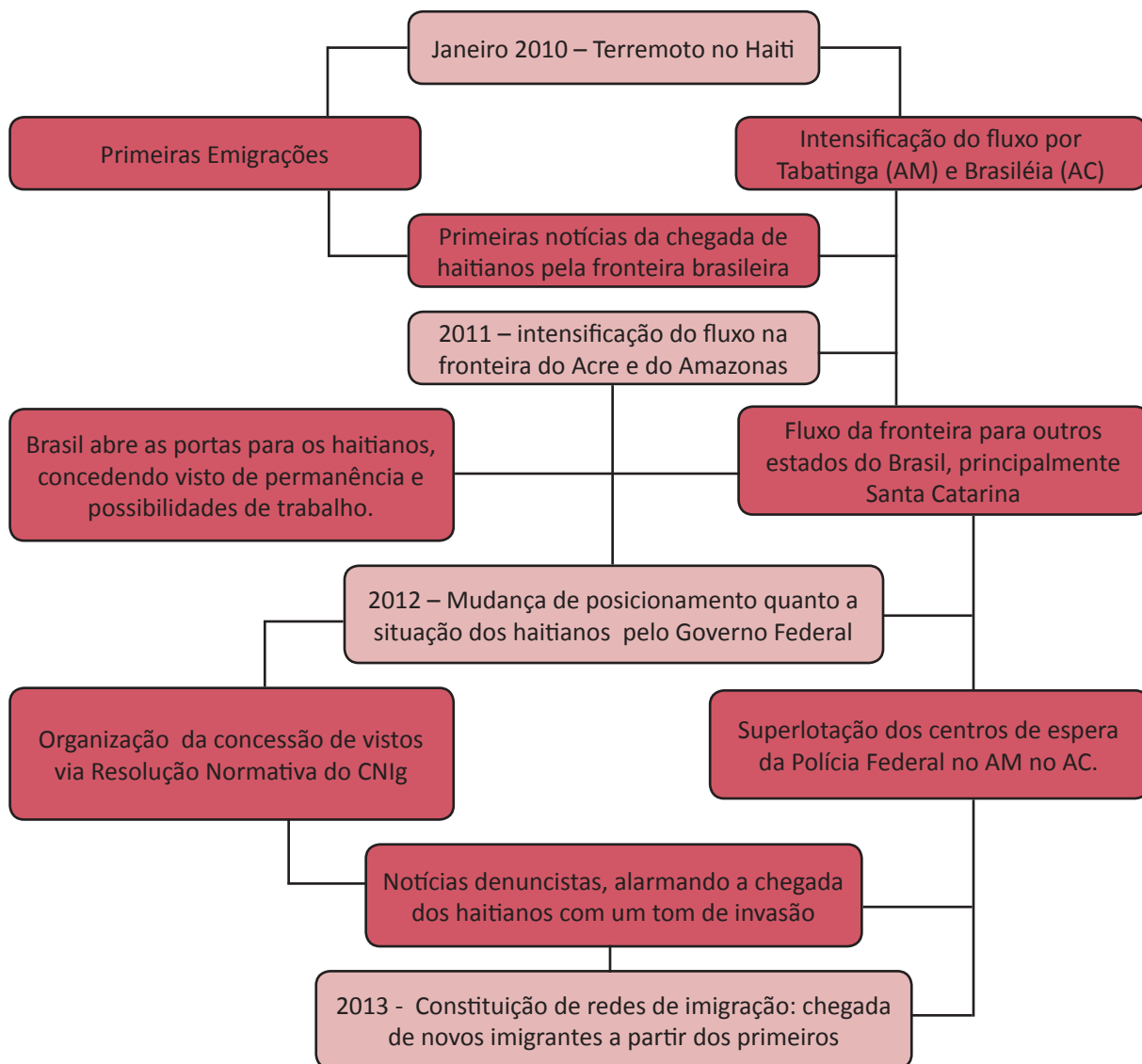
Cabe ressaltar que a entrada recente de imigrantes no Brasil, tal o caso dos haitianos, mas também senegaleses, ganeses, angolanos, sírios, dominicanos, equatorianos, colombianos, peruanos, bolivianos, e muitos outros possuem múltiplas facetas que questionam essas dualidades da política e da constituição social que traz como reflexo dessas políticas. Não só pelo fato do país estar em um contexto no qual faz jus anos de tentativa de progressão ao seu crescimento – o que acarreta, tal como em países chamados desenvolvimentistas – na entrada de imigrantes pobres à procura de qualidade de vida (qualidade de vida essa promulgada e muito pouco discutida/analísada internacionalmente na Declaração dos Direitos Humanos e nas convenções da ACNUR, por exemplo), mas também porque suas relações não foram e nunca serão duais.

Visto isso, ressaltamos que pensar a pluralidade das relações que atravessam a trajetória do imigrante é fundamental para compreender também sua maneira de se inserir no escopo dos dispositivos – jurídicos, políticos e sociais – que permeiam a discussão das políticas de imigração no Brasil.

Posso dizer que o que vivemos aqui em Brasiléia não é para um ser humano. Eles nos colocaram de novo no Haiti que tínhamos logo após o terremoto: a mesma sujeira, o mesmo tipo de abrigo, de água, de comida. Isso me machuca e me apavora. Eu sabia que o caminho até aqui seria duro, porque você está lidando com criminosos, mas, ao chegar aqui no Brasil, estar em um lugar desses é inacreditável. Disse o haitiano Osanto Georges, de 19 anos. (Fonte: Portal Midia News do Acre, em 14/08/13).

O processo que se apresenta no presente não é parte de um drama dos Estados brasileiros diante da realidade em que se encontra o Haiti em si, mas é também um reflexo das políticas e da aparente diplomacia que aponta, em momentos críticos, a fragilidade da gestão pública no cruzamento que tange a relação das cidades de fronteira com esses novos fluxos migratórios existentes.

Mapa da periodização do processo de inserção de imigrantes haitianos na fronteira de Tabatinga (AM) e Brasiléia (AC) – 2010 a 2013



FONTE: Reportagens coletadas em jornais e mídias eletrônicas entre 2010 a 2013. Produzido por: Isis do Mar Marques Martins

Se o Estado, a partir de sua exclusão por inclusão, aproxima-se e gera o abandono, temos uma relação não necessariamente com o migrante enquanto condição e enquanto problema. A relação se inverte, já que é o Estado que propositalmente impossibilita melhores condições de moradia numa lógica de exclusividade, porque o direito à cidade, dotado e fomentado a partir de uma cifra, é superficialmente um direito externo e alheio de um sentido de urbanidade, onde a ação de constituição dos indivíduos em um espaço é escamoteada e impulsionada por um espaço que *se vê* agora, excludente, indecente e contraditório.

Para além da reflexão do alheimento de uma consciência de seu espaço e de suas ações – arbitrárias ou não – do espaço, interessante é nos atermos que as estratégias de permanência também constroem fissuras importantes, que estabelecem rupturas entre o que parece ser real a uma realidade peculiar a cada sujeito. Seus contextos e suas análises como seres pensantes não são desmembradas de sua realidade e muito menos objetadas em uma alienação, não somente. Seres humanos produzem dia após dia, angústias e aflições a partir de respostas, de significados que dão ao mundo. A troca e os entreolhares, os olhares baixos, a tristeza da distância ou a felicidade da expectativa também fazem parte das nossas vidas.

O movimento e a vontade de *permanência* não são exclusividades de quem atravessa suas fronteiras de lugares para outros lugares. Os riscos daquilo que Stuart HALL (2003) aponta do caráter diaspórico também das identidades não colocam em xeque as vontades e os anseios inerentes a qualquer ser humano, quicá a qualquer ser vivente neste planeta. Não será mera coincidência se as sensações de quem vive no lugar onde nasceu sejam as mesmas de quem vive ainda a se estabelecer, a permanecer, ou daqueles que precisam lutar pela sua permanência, como no caso dos haitianos, agravado pelas condições físico-estruturais. porém que não obstante hoje quem chega no Brasil permanece a lutar pelo sentido e pela vontade de estar, de permanecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. **Geografia de população**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1971.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

_____. **Economia das trocas linguísticas**. São Paulo: EDUSP, 1998.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II.

SAYAD, Abdelmalek. **O migrante e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998

_____. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. In.: **Travessia, nº Especial**. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, 2000.

WACQUANT, Loïc. Esclarecer o Habitus. In.: **Revista Educação e Linguagem, nº 16**. 2007.